



A HISTÓRIA ENTRE A LETRA E O BRADO: JUÍZO HISTORIOGRÁFICO DO TESTEMUNHO A PARTIR DE RELATOS ORAIS DE TRABALHADORES E LÍDERES SINDICAIS DA AMAZÔNIA LEGAL

Lucas de Mendonça Furtunato¹; Regina Beatriz Guimarães Neto²

¹Estudante do Curso de Licenciatura em História - CFCH – UFPE; E-mail: lucas_lmf_59@hotmail.com,

²Docente/pesquisador do Depto de História – CFCH – UFPE. E-mail: reginabeatrizg@gmail.com

Sumário: O processo de colonização da Amazônia Legal por grandes empresas do agronegócio e pela constituição de núcleos de urbanização a seu serviço, levado a cabo pelo Estado brasileiro da Ditadura Civil-Militar aos dias atuais, transformou essa região do país em um “verdadeiro território do trabalho escravo contemporâneo” (GUIMARÃES NETO, 2010), no qual os homens e mulheres do campo são submetidos a condições desumanas e lideranças sindicais que se contrapõem a esse cenário quando não são assassinadas, vivem sob a ameaça de morte constante. Esse processo sócio-histórico também fez nutrir-se uma cultura política em que o testemunho é elevado a uma posição privilegiada dentre as práticas sociais, enquanto denúncia ou enquanto memória da luta dos(as) trabalhadores (as) rurais. O objetivo da presente pesquisa é, a partir dos testemunhos da líder sindical do município de Rondon do Pará D. Joelma – esposa do antigo presidente do sindicato Dezinho, assassinado – investigar os diversos significados pelos quais se preenchem os relatos orais nesse cenário de conflitos, de modo a aportar em um juízo historiográfico do testemunho à luz da historiografia contemporânea, brasileira e internacional.

Palavras-chave: Amazônia Legal; conflitos no campo; relações de trabalho, testemunho; historiografia.

INTRODUÇÃO

O historiador que recua suas reflexões à História recente do Brasil não pode deixar de notar o movimento de instituição de uma política de colonização contemporânea vertida à região da Amazônia Legal, do governo civil-militar aos dias de hoje. O Estado brasileiro passara, assim, a incentivar e a financiar a instalação de empresas do agronegócio – grandes latifúndios de monocultura – na região, num processo em que a concentração fundiária acelerada se fez como condicionante à instalação dos empreendimentos. Evidenciam-se, assim, violentos conflitos entre trabalhadores rurais e proprietários de terras, que terminam por configurar um “verdadeiro território do trabalho escravo contemporâneo” (GUIMARÃES NETO, 2010). Ao mesmo tempo, lideranças sindicais que se mantiveram irredutíveis no pleito por justiça passaram a viver um cotidiano de constantes ameaças de morte e, em muitos casos, assassinatos.

A inconstância provocada pela violência e a morosidade das autoridades competentes na reação às arbitrariedades e às ameaças dos latifundiários aos(as) trabalhadores(as) fez com que se nutrisse nessa comunidade sindical, principalmente entre as lideranças, uma percepção especial em torno da fala pública, do relato anunciado, do brado evocado para denunciar as situações desumanas a que eram submetidos. Em outras palavras, entre os sujeitos envolvidos na luta sindicalista rural na Amazônia Legal criou-se uma cultura em que o *testemunho* se torna um ato político privilegiado, uma atividade fundamental em suas práticas sociais, coletivas, e reivindicatórias.

O contexto dos conflitos rurais na Amazônia se apresenta, assim, como um campo privilegiado para uma análise epistemológica e historiográfica do testemunho. Não há como se furta ao fato de que as questões suscitadas pelos testemunhos orais são as mesmas que modelam a própria historiografia contemporânea (LEVI, 2012) – ainda mais especialmente em testemunhos animados por esse lugar singular suscitado no campo da História do Tempo presente, que se expressa pela falência da função pedagógica do passado e na descrença no futuro após as experiências pungentes da contemporaneidade; que revela uma diacronia pulverizada, portanto, de um presente alargado e ontologicamente enleado ao que passou e ao devir (KOSELLECK, 2006; AGAMBEN, 2009).

Assim, o projeto “A História entre a letra e o brado: juízo historiográfico do testemunho a partir de relatos orais de trabalhadores e líderes sindicais da Amazônia Legal” conduziu-se numa prática de pesquisa assentada numa comunhão feliz: a de construir-se como uma investigação eminentemente historiográfica ao problematizar o valor do testemunho num contexto social em que se eleva o relato oral a uma dimensão política singular – como o é no contexto sindicalista da Amazônia Legal no tempo presente.

MATERIAIS E MÉTODOS

Podem ser apontados dois procedimentos metodológicos levados a cabo na pesquisa: o primeiro diz respeito à transcrição das entrevistas realizadas com a líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará, D. Joelma, arquivados no LAHOI-UFPE; o segundo corresponde à análise dos testemunhos transcritos. De modo geral, as preocupações de método no campo da pesquisa histórica em tela referem-se ao testemunho em sua fase documental, isto é, os desdobramentos operacionais que permitem desenvolver o relato oral à constituição de um arquivo e que funda, epistemologicamente, seu estatuto documental (RICOEUR, 2000). Em outros termos, que apreende os elementos do testemunho, os seleciona, os transcreve, os reúne, os elabora e, por fim, os interpreta (PORTELLI, 2010).

Mais especificamente no que diz respeito aos métodos próprios da História Oral, são, sem dúvida, imperantes as construções conceptivas que põem em tela os interstícios e os conflitos engendrados entre as dimensões da subjetividade e do fato histórico a partir dos testemunhos (PORTELLI, 1996). A produção de fontes no terreno historiográfico e epistemológico da História Oral, assim, tem como desafios contingentes – e parece que cada vez mais aprofundados – questões que avançam dos métodos empregados nas entrevistas à análise dos discursos produzidos, passando pela relativização dos papéis desempenhados por entrevistado e entrevistador e pelos dilemas suscitados pelo exercício da transcrição (PORTELLI, 1996; 2010).

Uma série de outras questões devem ser levadas em conta quando da análise dos relatos orais. Relatos que perpassam uma memória individual e coletiva, os testemunhos são espaços de ressignificação histórica porque são, no exercício de rememoração, uma prática viva da reconstrução das tessituras dos fatos e, no exercício narrativo, um espaço de subjetivação e inteligibilidade. Ricoeur (1983) aponta que é o ato de narrar que confere à História sua inteligibilidade e Portelli (1997) nos elucida que o relato oral é um espaço produtor de significados, menos de eventos.

RESULTADOS

A experiência prática da transcrição do testemunho da sindicalista Joelma engendra inúmeras. Longe de ser uma tarefa neutra, o que se operam são conciliações entre as diversas vozes que se articulam mutuamente no testemunho. É, ademais, uma tarefa que



deve prestar-se à constante revisão, que, mesmo por conversas posteriores com a pessoa que proferiu o discurso ou no curso mesmo das análises, pode ser revisitada e reelaborada.

DISCUSSÃO

CONCLUSÕES

A pesquisa “A História entre a letra e o brado”, assim, teve por proposta, com base em relatos orais de D. Joelma, investigar o valor dado ao testemunho nessa cultura política, à luz dos debates animados hoje pela historiografia contemporânea a respeito da História Oral e da epistemologia da História, bem como das próprias práticas sociais do referido grupo de trabalhadores.

Assim, cabe concluir pela apologia da dimensão política do testemunho, que preenchido por uma forte dimensão de denúncia, de expor ao contraditório as práticas coercitivas dos grandes fazendeiros, principalmente o trabalho escravo e os assassinatos de lideranças. O testemunho, assim, adquire uma enorme importância para a própria vida, ao que se remodela, também, enquanto uma história.

O contexto social analisado, pois, apresenta-se como extremamente exemplar para análises dedicadas a um juízo historiográfico do testemunho. Enquanto uma prática dinâmica do sujeito em torno do vivido e de suas memórias, o relato oral apresenta desafios basilares à historiografia que se põe em questão, tais como o de pensar os significados da gravação, o estatuto documental do testemunho e os reengenhamentos dos usos e conteúdos dos conceitos do campo historiográfico e do próprio conceito de História.

AGRADECIMENTOS

Agradeço todo apoio recebido durante o ano desta pesquisa; à minha professora orientadora Regina Beatriz, pelas valiosas orientações, correções e discussões; aos funcionários do CFHC; à Universidade Federal de Pernambuco; à Propesq; e ao CNPq por financiar esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- GUIMARÃES NETO, Regina B. **História, política e testemunho: violência e trabalho na Amazônia Brasileira**. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa - Mato Grosso. In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v.13, n.1-2, jan-dez. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2010.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. **A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates**. *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v. 13. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2010.
- KOSELLECK, Reinhart. **O Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (Org.). “Usos e abusos da história oral”. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- RICOEUR, Paul. **La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- SEILIGMANN-SILVA, Márcio. **Testemunho e a política da memória: o tempo depois**



das catástrofes. *Projeto História*, São Paulo: PUC, n. 30, p. 71-98, jun. 2005. [Publicado em 2006].